

PORTUGAL 2020

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALENTEJO 2014-2020

Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial

OUTUBRO 2016

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. METODOLOGIA.....	5
2.1. <i>Elaboração de “Inquérito às infraestruturas de apoio à atividade empresarial”</i>	6
2.2. <i>Caracterização da rede regional de infraestruturas de apoio à atividade empresarial</i>	7
2.3. <i>Necessidades de intervenção decorrentes do inquérito</i>	7
2.4. <i>Orientações estratégicas para o desenvolvimento da rede</i>	8
2.5. <i>Prioridades e critérios de seleção das intervenções propostas</i>	8
3. A REDE REGIONAL DE INFRAESTRUTURAS DE APOIO À ATIVIDADE EMPRESARIAL.....	9
3.1. <i>Caracterização geral</i>	9
3.2. <i>Investimentos realizados no período 2007 / 2013</i>	21
4. A REDE DE INFRAESTRUTURAS DE APOIO À ATIVIDADE ECONÓMICA NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO.....	23
4.1. <i>O Plano de Ação Regional Alentejo 2020</i>	24
4.2. <i>A Estratégia Regional de Especialização Inteligente</i>	27
4.3. <i>Os Planos Regionais de Ordenamento do Território</i>	27
5. NECESSIDADES IDENTIFICADAS PELOS MUNICIPIOS DO ALENTEJO.....	29
6. PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO.....	34
7. CONCLUSÕES.....	39

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura A – Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial, segundo a tipologia	10
Figura B – Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial existentes no Alentejo, por NUT III	12
Figura C – Rede de Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial, por concelho	13
Figura D – Concelhos com maior número de infraestruturas de apoio à atividade empresarial	17
Figura E – Taxas de Ocupação mais relevantes das Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial, por NUT III	19
Figura F – Financiamento do INALENTEJO (2007/2013) a Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial.....	22
Figura G – Sistema Urbano da Região Alentejo	28
Figura H –Propostas de Intervenção Apresentadas pelos Municípios, por NUTS III	30
Figura I -Tipologias de Intervenção Propostas, por NUT III.....	32
Figura J- Novas Infraestruturas Propostas	33
Figura K –Investimentos em Viveiros de Empresas contratualizados com as CIM no âmbito dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial para o período 2014/2020.....	41

1. INTRODUÇÃO

O mapeamento seguidamente desenvolvido visa perspetivar as necessidades de intervenção nas infraestruturas de apoio à atividade empresarial na Região Alentejo, englobando-se nele todos os espaços que possam servir de suporte à localização ordenada, ao acolhimento e ao desenvolvimento da atividade empresarial.

Este mapeamento tem ainda como objetivo dar cumprimento às condicionantes estabelecidas no Acordo de Parceria e integradas no Programa Operacional Regional (POR) Alentejo 2020, em matéria de apoio a infraestruturas empresariais, previstas no âmbito das tipologias de ação enquadráveis nos domínios da Competitividade e Internacionalização e da Inclusão Social e Emprego, sustentando as decisões do Programa Operacional Regional em matéria de investimentos, enquadráveis nos seguintes Eixos Prioritários:

- **Eixo Prioritário 1** (Competitividade e Internacionalização das PME), associado à Prioridade de Investimento 3.3 *“Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços”*, no que se refere ao investimento em infraestruturas de acolhimento empresarial, englobando neste conceito espaços como as áreas de acolhimento empresarial, os parques empresariais e de logística e outros espaços de funcionalidade similar, bem como em incubadoras não tecnológicas.
- **Eixo Prioritário 5** (Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos), no âmbito da Prioridade de Investimento 8.8. *“Concessão de Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas”*, no que se refere às intervenções propostas ao nível de pequenos viveiros de empresas.

Centrando a abordagem territorial ao nível das sub-regiões NUTS III, e adotando uma metodologia que privilegiou a auscultação das necessidades locais ao nível de cada município, o presente documento visa ainda explicitar os principais critérios de seleção das operações a financiar no atual período de programação dos fundos comunitários, de forma a garantir a sua racionalidade económica e coerência regional, num quadro de articulação e complementaridade com as dinâmicas de investimento e de emprego nos domínios da Competitividade e da Inclusão Social e Emprego.

2. METODOLOGIA

O âmbito de incidência deste mapeamento tem sido objeto de diversos estudos de caracterização e diagnóstico ao longo do tempo, carecendo no entanto de atualizações periódicas, como consequência da evolução do investimento efetuado na região e das novas dinâmicas de procura destas infraestruturas, na medida em que se trata de uma área fundamental de suporte ao desenvolvimento empresarial e como tal ao estímulo da atividade económica e do emprego.

Neste contexto, a abordagem metodológica desenvolvida para dar resposta aos requisitos de informação a fornecer à Comissão Europeia nesta matéria, tomou como ponto de partida o conhecimento já existente quanto à distribuição territorial das infraestruturas na região e sua tipologia, complementado agora com um “Inquérito às infraestruturas de apoio à atividade empresarial”, promovido pela CCDR Alentejo, dirigido às 5 Comunidades Intermunicipais do Alentejo e, por esta via, aos 58 Municípios da Região e outros stakeholders relevantes, visando:

- a atualização da caracterização das infraestruturas existentes
- a identificação das necessidades de intervenção no curto e médio prazo

Esta informação foi ainda complementada por contributos oportunamente formulados por diversas entidades regionais e nacionais no contexto da preparação da estratégia de desenvolvimento regional para o período 2014/2020, e objeto de análise no âmbito das linhas de orientação sobre esta matéria patentes nos documentos estratégicos regionais, nomeadamente na Estratégia de Desenvolvimento Regional consubstanciada no Plano de Ação Regional (PAR) Alentejo 2020, na Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) e nas Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT), desenvolvidas pelas Comunidades Intermunicipais.

Este processo de diagnóstico prospetivo, incluiu uma grande diversidade de tipologias de infraestruturas vocacionados para o acolhimento e a desenvolvimento da atividade empresarial, independentemente da sua designação ou classificação específica, incluindo terminologias como zonas ou parques industriais e empresariais, parques de distribuição e logística, centros de negócios, incubadoras não tecnológicas e viveiros de empresas, bem

como outras infraestruturas de características similares que evidenciem algumas funcionalidades específicas.

A metodologia adotada deu ainda cumprimento às disposições da Deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, de 26 de março de 2015, relativas às Intervenções condicionadas a Mapeamento, que determinam um papel ativo por parte das Comunidades Intermunicipais na elaboração de propostas de intervenções a financiar, independentemente destas serem ou não suscetíveis de inclusão nas Intervenções Territoriais Integradas – ITI.

Face a este enquadramento regulamentar e institucional, a elaboração do Mapeamento de Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial, seguiu as seguintes etapas.

2.1. Elaboração de “Inquérito às infraestruturas de apoio à atividade empresarial”

Este inquérito foi dirigido às 5 Comunidades Intermunicipais do Alentejo que, por sua vez, centralizaram a recolha da informação junto dos 58 Municípios da Região e de outros stakeholders relevantes, mediante o preenchimento de uma ficha de caracterização para cada infraestrutura existente ou a criar no horizonte temporal de 2020.

Este inquérito foi estruturado nos seguintes pontos:

- I – Identificação da infraestrutura, incluindo designação, localização, entidade proprietária e gestora;
- II – Caracterização da infraestrutura, incluindo tipologia, espaços existentes, ano de construção, áreas e lotes existentes, taxas de ocupação, numero de empresas instaladas, infraestruturas existentes, serviços disponibilizados e caracterização do meio envolvente.
- III – Identificação de necessidades de intervenção e nota justificativa e descritiva das intervenções propostas.

2.2. Caracterização da rede regional de infraestruturas de apoio à atividade empresarial

O diagnóstico efetuado tem como base informativa os inquéritos recolhidos, bem como diversos contributos recolhidos no contexto do processo de elaboração das estratégias de desenvolvimento regional e sub-regionais, considerados pertinentes para efeitos do presente mapeamento.

Não obstante a recolha de informação de base local, a elaboração do presente documento centrou-se no nível sub-regional de NUTS III, à semelhança do procedimento adotado nos demais documentos de mapeamento elaborados, designadamente para as infraestruturas escolares, culturais e de saúde.

Atendendo à multiplicidade de infraestruturas caracterizadas no decurso do processo de inquérito, estas foram agrupadas segundo as suas funcionalidades específicas, em 4 grandes tipologias:

- i) Áreas de acolhimento empresarial;
- ii) Incubadoras não tecnológicas e viveiros de empresas;
- iii) Parques de distribuição e logística;
- iv) Outras infraestruturas de apoio à atividade empresarial, que possuam especificidades não enquadráveis nas anteriores.

No âmbito deste diagnóstico foram igualmente identificados e caracterizados os investimentos mais recentes efetuados na região nestas tipologias de infraestruturas, tomando por base os projetos apoiados pelo Programa Operacional Regional 2007/2013.

2.3. Necessidades de intervenção decorrentes do inquérito

Neste âmbito, e tendo como suporte as fichas individuais do inquérito realizado, foram identificadas todas as propostas de intervenção apresentadas pelos municípios.

Estas propostas de intervenção foram, para cada uma das 4 tipologias de infraestruturas já referenciadas, agrupadas em três tipos distintos:

- i) Infraestruturas existentes e sem necessidade de intervenção;
- ii) Infraestruturas existentes e que carecem de intervenção até 2020;
- iii) Novas infraestruturas a criar até 2020.

Complementarmente, e no que se refere às infraestruturas existentes, foram também tipificadas as principais tipologias de intervenção de que carecem, nomeadamente: ampliação, reconversão ou melhoria de equipamentos existentes, ou ainda de upgrade de serviços disponibilizados, entre outras de carácter mais pontual.

2.4. Orientações estratégicas para o desenvolvimento da rede

O POR Alentejo 2020 determina que o investimento em infraestruturas de acolhimento empresarial deve estar inserido numa ótica de coerência, racionalidade e complementaridade no seio da rede regional, o que implica necessariamente a definição de princípios orientadores que garantam o cumprimento destes requisitos.

A necessidade destes princípios é ainda reforçada pela manifesta divergência entre as vastas necessidades de investimento que foram reportadas no inquérito realizado e o âmbito restritivo que esta tipologia de intervenção detém no Programa Operacional Regional, o que decorre das opções aí consagradas e reforçadas pela reduzida dotação financeira que lhe está alocada.

Assim, serão estabelecidos princípios orientadores decorrentes dos documentos de planeamento estratégico regional, designadamente:

- O Plano de Ação Regional Alentejo 2020
- A Estratégia Regional de Especialização Inteligente
- Os Planos Regionais de Ordenamento do Território do Alentejo e do Oeste e Vale do Tejo, no que respeita a critérios de localização preferencial para as diversas tipologias/categorias de espaços de acolhimento e de desenvolvimento empresarial, atendendo à organização territorial do sistema urbano

2.5. Prioridades e critérios de seleção das intervenções propostas

Face à diversidade e multiplicidade das necessidades de intervenção identificadas para a região foram, por último, identificados as prioridades de intervenção e os critérios de seletividade a tomar em consideração no financiamento destas infraestruturas em sede do POR Alentejo 2020.

3. A REDE REGIONAL DE INFRAESTRUTURAS DE APOIO À ATIVIDADE EMPRESARIAL

3.1. Caracterização geral

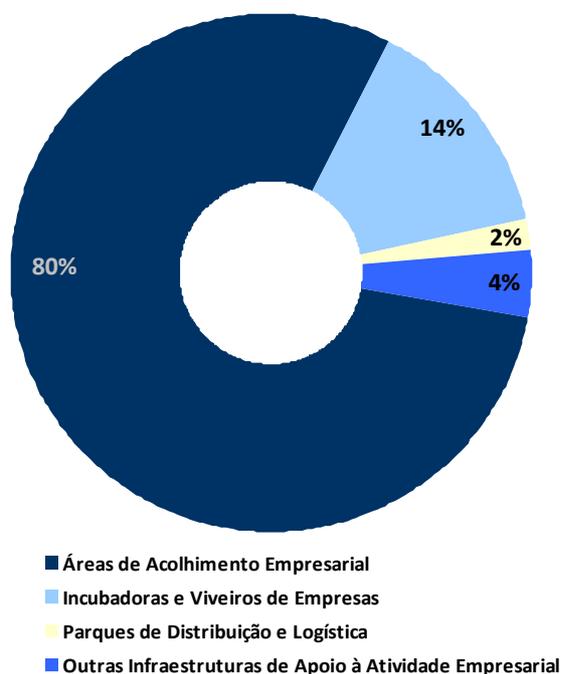
No Alentejo, a atratividade das infraestruturas de apoio à atividade empresarial resulta fundamentalmente das dinâmicas económicas já instaladas no território e do capital humano existente, mas também das condições de contexto e infraestruturais de que dispõem, nomeadamente acessibilidades a mercados e matérias-primas, dotação de redes e serviços básicos, como o abastecimento de água, energia, comunicações, drenagem de águas residuais e dos serviços disponibilizados pelas entidades gestoras.

A Região apresenta uma considerável cobertura territorial destas infraestruturas, sendo no entanto a situação diferenciada no que respeita às suas diversas tipologias e à sua dotação sub-regional.

A tipologia com maior expressão no território corresponde às de **Áreas de Acolhimento Empresarial**, cujo conceito, para efeitos de sistematização neste documento, engloba as infraestruturas mais comuns na Região, tais como Loteamentos ou Zonas Industriais, Parques Industriais, Parque Empresariais, ou ainda infraestruturas de menor dimensão, adequadas às dinâmicas de natureza fundamentalmente concelhia, como as Zonas de Atividades Económicas, Zonas de Indústria Ligeira, entre outras de funcionalidade similar.

Nesta tipologia encontram-se ainda integrados alguns parques industriais ou empresariais estratégicos na região, como é o caso do Parque de Indústria Aeronáutica em Évora. Trata-se, portanto de uma categoria bastante abrangente, representando cerca de 80% das infraestruturas existentes na região.

Figura A – Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial, segundo a tipologia



Fonte: “Inquérito às Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial”, CCDR Alentejo, 2015

Pela função específica que desempenham no território e na estratégia de desenvolvimento territorial, destacam-se também os **Parques de Distribuição e Logística**, em grande parte associados à exploração do Porto de Sines e à Plataforma Industrial e Logística que lhe está adjacente. Estas infraestruturas apoiam o transporte oceânico, rodoviário e ferroviário de mercadorias e assumem uma importância determinante no desenvolvimento económico da região e do país.

Ainda nesta tipologia, o Mercado Abastecedor da Região de Évora constitui-se igualmente como um importante ativo estratégico a potenciar no contexto da estratégia de desenvolvimento regional, assumindo o desafio da sua modernização e reposicionamento no domínio agroalimentar em particular e da logística em geral.

Merece ainda referência no contexto regional a existência de **Outras Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial**, caracterizadas por especificidades nas suas funcionalidades, embora, de igual modo relevantes para o desenvolvimento da atividade empresarial, como sejam o Centro de Negócios Transfronteiriço de Elvas, o Parque Agroindustrial do Penique, em Ferreira do Alentejo ou do EcoParque do Relvão, na Chamusca, entre outros.

Quanto às infraestruturas direcionadas para o fomento do empreendedorismo de base não tecnológica, agregadas na tipologia **Incubadoras e Viveiros de Empresas**, representam cerca de 14% das infraestruturas existentes, com uma distribuição equilibrada no território, existindo pelo menos 2 infraestruturas desta tipologia por NUTS III.

Atendendo às características intrínsecas desta tipologia de infraestruturas, importa distinguir alguns traços de especificidade entre:

- i) **Incubadoras não tecnológicas**, que se localizam predominantemente em ambiente urbano, suportados por uma entidade gestora que promove programas de apoio ao empreendedorismo e disponibiliza níveis elevados de apoio à gestão das empresas instaladas e recém criadas (start-ups), para além do próprio espaço físico para a sua instalação.

Nestes espaços de incubação, em regra, as acessibilidades ao núcleo urbano são muito relevantes, tendo em conta a necessidade de serem atrativos para os consumidores/clientes e de se encontrarem inseridas em locais que disponham de recursos humanos qualificados, pelo que se encontram predominantemente localizadas nos Centros Urbanos de nível superior (Regionais e Estruturantes, de acordo com a terminologia definida nos Planos Regionais de Ordenamento do Território, conforme Figura G).

- ii) **Viveiros de empresas**, infraestruturas de pequena escala, vocacionadas para apoiar o empreendedorismo de base predominantemente local, associadas em regra a intervenções no domínio da inclusão social e emprego, em articulação com programas de combate ao desemprego e à criação do próprio emprego.

Estes espaços disponibilizam igualmente, para além do espaço físico para o exercício da atividade das empresas, diversos apoios técnicos e o acompanhamento dessas empresas, visando a sua consolidação para uma posterior saída do viveiro de empresas.

Os viveiros de empresas encontram-se fundamentalmente localizados nos Centros Urbanos Complementares do Sistema Urbano Regional previsto nos PROT do Alentejo e do Oeste e Vale do Tejo (conforme Figura G), em territórios de baixa densidade, e são cada vez mais espaços de acolhimento de algumas atividades empresariais que se evidenciam nos mercados nacionais e internacionais, pela valorização económica de

recursos endógenos específicos que promovem, muitas vezes com elevado grau de diferenciação.

Não obstante o cariz não tecnológico destas infraestruturas, as empresas tecnológicas poderão igualmente ser acolhidas nestes espaços, desde que estes cumpram os requisitos necessários para o desenvolvimento da atividade da empresa ao nível da disponibilização de redes e tecnologias de informação e comunicação.

Em síntese, existem no Alentejo 167 infraestruturas de apoio ao desenvolvimento empresarial, com uma distribuição equilibrada pelas diversas sub-regiões NUTS III, embora seja possível identificar uma maior polaridade no Alentejo Central, que detém 26% das infraestruturas existentes, secundado pela Lezíria do Tejo com 23%.

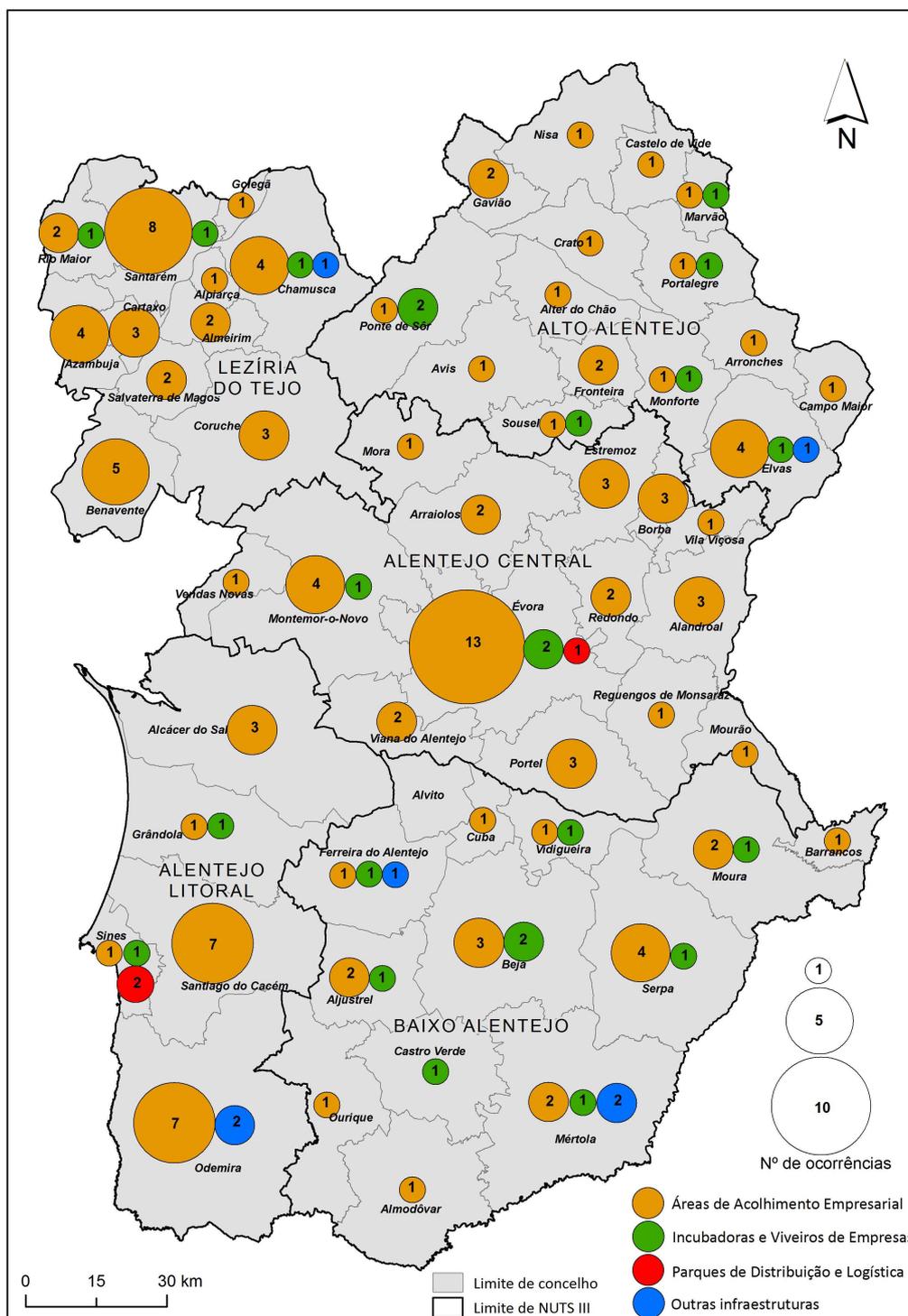
Figura B – Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial existentes no Alentejo, por NUT III

NUTS III	Áreas de Acolhimento Empresarial	Incubadoras e Viveiros de Empresas	Parques de Distribuição e Logística	Outras Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial	Total Geral
Alentejo Central	40	3	1	0	44
Alentejo Litoral	19	2	2	2	25
Alto Alentejo	20	7	0	1	28
Baixo Alentejo	19	9	0	3	31
Lezíria do Tejo	35	3	0	1	39
Total Geral	133	24	3	7	167

Fonte: “Inquérito às Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial”, CCDR Alentejo, 2015

Este universo pode ser aferido com maior detalhe na Figura C e que se reporta à distribuição da rede de infraestruturas existentes a nível municipal.

Figura C – Rede de Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial, por concelho



Fonte: "Inquérito às Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial", CCDR Alentejo, 2015

Para uma caracterização mais fina desta realidade assinalam-se seguidamente alguns aspetos que importa ter presente, no contexto mais vasto de todo o mapeamento.

As **Áreas de Acolhimento Empresarial** disponibilizam uma oferta de espaço e de funcionalidades e de serviços bastante diversa, variando entre os conceitos mais básico de “loteamentos” ou “zonas industriais”, em regra, com abastecimento de água, drenagem de águas residuais e fornecimento de energia, e por vezes de telecomunicações, bem como a recolha e tratamento de resíduos sólidos não perigosos, até ao conceito de “parques empresariais”, em que estas infraestruturas dispõem também de rede de gás, rede de comunicações com banda larga, ou de alto débito e ainda um leque de serviços mais alargado, nomeadamente vigilância, segurança, limpeza e manutenção, recolha e tratamento de resíduos perigosos, e ainda alguns serviços de apoio/consultadoria ao desenvolvimento empresarial e à gestão.

Nesta tipologia de infraestruturas, a taxa de cobertura municipal é de 97%, sendo que apenas os Municípios de Alvito e Castro Verde ainda não dispõem de um espaço infraestruturado e ordenado destinado especificamente ao acolhimento e suporte da atividade empresarial.

No que se refere às infraestruturas de suporte ao empreendedorismo, designadamente as **incubadoras não tecnológicas e os viveiros de empresas**, que desempenham um papel determinante na dinamização e sustentabilidade do tecido económico local, a rede regional é bastante menos densificada, estando presentes em 21 dos 58 concelhos da região, o que equivale a uma taxa de cobertura de 36%.

A criação de novas infraestruturas deste tipo tem uma evolução recente bastante favorável, registando-se uma taxa de crescimento de 43% no período de programação 2007/2013, em que foi aprovada a criação de 9 das 24 infraestruturas atualmente existentes.

Na NUTS III Alentejo Central assinala-se a elevada concentração de infraestruturas de apoio à atividade empresarial, com uma média de cerca de 3 infraestruturas por concelho.

O concelho de Évora assume-se como um Centro Urbano Regional com uma significativa concentração económica e demográfica no contexto regional, o que lhe confere um elevado potencial de dinamização económica e de criação de emprego e se reflete na elevada dotação de “Áreas de Acolhimento Empresarial”, quer na sede de concelho, quer nas diversas freguesias rurais. Ao nível da sede de concelho, verifica-se uma complementaridade entre as diversas infraestruturas, como é o caso do Parque Industrial e Tecnológico, do

Parque de Indústria Aeronáutica e de outras zonas de localização industrial, beneficiando da centralidade do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo e das atividades de I&D desenvolvidas no concelho.

No Alentejo Central e no Alto Alentejo é evidente a presença de atividades industriais e logísticas relevantes e com reflexo na dimensão e nos níveis de ocupação das infraestruturas existentes no corredor territorial da autoestrada A6, com origem no Arco Metropolitano de Lisboa e que tem sequência no eixo Vendas Novas – Montemor-o-Novo – Évora – Estremoz – Elvas – Campo Maior – Badajoz.

Neste eixo destacam-se ainda as atividades económicas associadas à extração e transformação do mármore (núcleo Estremoz-Borba-Vila Viçosa) e a influência transfronteiriça nas atividades económicas e logísticas no núcleo Elvas-Campo Maior-Badajoz.

A NUTS III Alentejo Litoral, dispõe de um maior número médio de infraestruturas por município (5) o que decorre de dois fatores relevantes: i) localização de importantes ativos industriais e logísticos, designadamente o complexo industrial e logístico de Sines que inclui o principal centro portuário e energético nacional e uma importante plataforma industrial (petroquímica) e logística; ii) dimensão territorial de municípios como Odemira (o concelho de maior dimensão territorial do país) e Santiago do Cacém, com outros centros urbanos igualmente relevantes para além da sede de concelho, o que levou à criação de infraestruturas de acolhimento empresarial nestes centros urbanos de menor dimensão.

A NUTS III Alto Alentejo apresenta o menor índice de infraestruturas de apoio à atividade empresarial por concelho (1,9), destacando-se o concelho de Elvas com 6, beneficiando da sua proximidade com a fronteira espanhola e a sua inserção no centro urbano regional que integra a cidade de Elvas e a vila de Campo Maior.

Evidenciam-se ainda o concelho de Portalegre, Centro Urbano Regional e importante pólo de atividades industriais e logísticas, que promove a articulação entre o Alentejo, a Região Centro e a Extremadura espanhola e o Concelho de Ponte de Sôr, que apresenta um dinamismo importante no contexto sub-regional ao nível industrial e em atividades emergentes no setor da aeronáutica, com reflexos diretos nas tipologias de infraestruturas existentes e nas dinâmicas de procura.

Ao nível da NUTS III Baixo Alentejo regista-se uma dinâmica empresarial dispersa, com um rácio médio de 2,3 infraestruturas por concelho, em regra resultante da conjugação de uma Área de Acolhimento Empresarial com uma incubadora não tecnológica ou viveiro de empresas, criando desta forma condições para o surgimento de iniciativas empreendedoras nos respetivos territórios, reconhecidamente de baixa densidade.

Neste contexto, evidenciam-se os concelhos de Beja, que assume o seu papel de Centro Urbano Regional, e de Mértola e Serpa, que registam a existência de 5 infraestruturas, de diversas tipologias, ultrapassando assim a situação “padrão” da sub-região.

Nesta sub-região perspetiva-se a importância das atividades logísticas e de apoio à localização empresarial como suporte ao crescimento agrícola e agroalimentar decorrente do perímetro de rega de Alqueva, que exige uma eficiente articulação entre a produção, a existência de espaços para a localização das indústrias agroalimentares e os respetivos fluxos de transporte, armazenagem e distribuição.

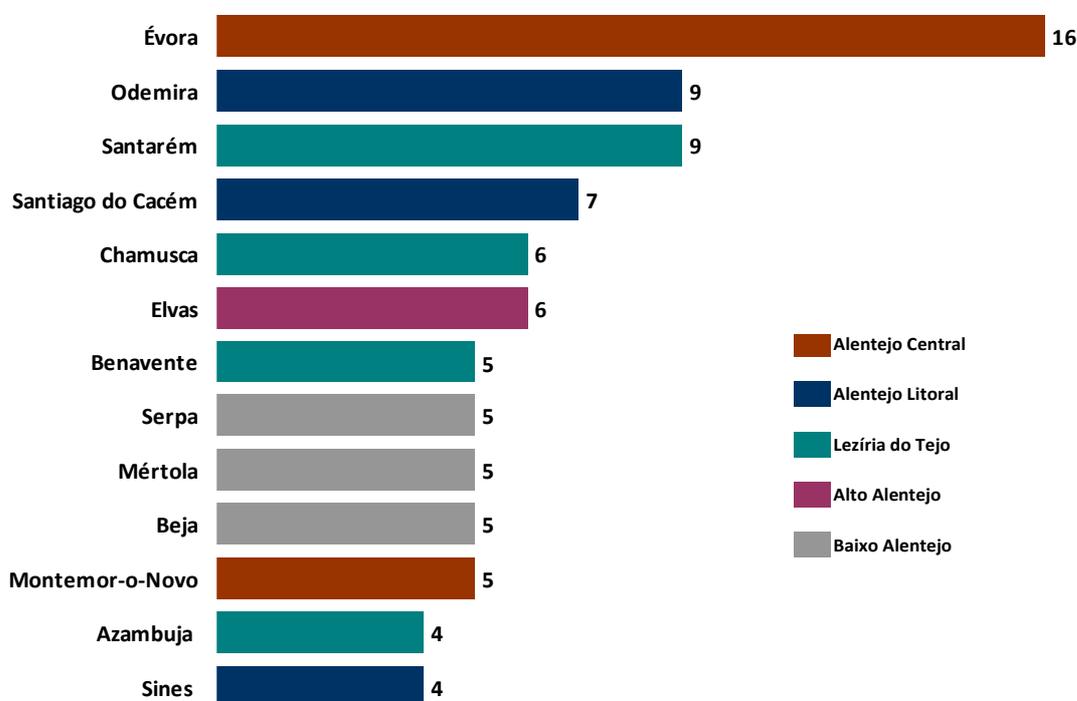
A NUTS III Lezíria do Tejo apresenta-se como uma área de expansão natural da Área Metropolitana de Lisboa e oferece uma alternativa de localização mais descongestionada para infraestruturas e equipamentos, evidenciando-se Santarém como um polo estratégico de confluência e de centralidade sub-regional.

Verifica-se um grande equilíbrio territorial na rede destas infraestruturas, que se encontram dispersas por todos os concelhos, evidenciado por uma média de 3,5 infraestruturas por concelho, sendo que os concelhos que mais “beneficiam” do efeito induzido pela proximidade à Área Metropolitana de Lisboa e de dinâmicas próprias já existentes, são Santarém, Azambuja, Benavente e Chamusca, que dispõem de 4 ou mais infraestruturas de apoio à atividade empresarial.

Trata-se de uma sub-região com grande proximidade ao pólo de consumo e atividade económica que é o Arco Metropolitano de Lisboa e que tem sustentado o seu desenvolvimento na expansão e valorização da agricultura, das redes de equipamentos e serviços, nas atividades de armazenagem e logística e das acessibilidades, que lhe proporcionam uma maior proximidade ao grande mercado metropolitano e o acesso a novos eixos para as zonas mais interiores do Alentejo e do Centro de Portugal.

Na figura seguinte evidenciam-se os concelhos que disponibilizam o maior número de infraestruturas de suporte ao acolhimento e desenvolvimento empresarial, agregando-se todas as tipologias já referenciadas nesta análise – Áreas de Acolhimento Empresarial, Incubadoras e Viveiros de Empresas, Parques de Distribuição e Logística e Outras Infraestruturas – e que se reporta a todos os municípios que detêm pelo menos quatro destas infraestruturas.

Figura D – Concelhos com maior número de infraestruturas de apoio à atividade empresarial



Fonte: “Inquérito às Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial”, CCDR Alentejo, 2015

A caracterização da rede regional carece igualmente de uma dimensão de análise centrada nos níveis de ocupação das infraestruturas existentes, com vista a perspetivar e priorizar necessidades futuras, na medida em que este fator se constituirá como um dos principais elementos que suportarão a análise e priorização das propostas de criação de novas infraestruturas ou de ampliação da capacidade das infraestruturas existentes, num quadro de seletividade mas também de apoio claro às oportunidades de investimento empresarial que venham a ocorrer no curto e médio prazo.

No Alentejo, e tendo por base as respostas recebidas ao inquérito que suportou a elaboração do presente documento¹, pode afirmar-se que, em termos globais, mais de 44% das infraestruturas de apoio à atividade empresarial existentes apresentam já taxas de ocupação iguais ou superiores a 75%, e cerca de 17% deste mesmo universo apresentam taxas de ocupação de 100%, embora com situações bastante dispare a nível sub-regional. Cerca de 27% das infraestruturas apresentam ainda uma taxa de ocupação igual ou inferior a 50%, verificando-se mesmo que cerca de 4% destas infraestruturas ainda não registam qualquer ocupação.

Tendo presente que uma abordagem em termos globais não caracteriza de forma fina as diversas realidades sub-regionais e as especificidades de cada uma das tipologias destas infraestruturas, foi elaborada a Figura E, onde se evidenciam por NUTS III as ocorrências mais “extremas” atualmente existentes, em matéria de taxas de ocupação, dando especial ênfase, por um lado, às taxas mais elevadas que revelam uma elevada dinâmica de procura por parte das empresas (com taxas de ocupação iguais ou superiores a 75%), e, por outro lado, às situações onde se verificam fracos níveis de ocupação (com taxas de ocupação iguais ou inferiores a 50%).

Neste contexto, a Figura E visa fundamentalmente evidenciar as situações extremas, pelo que não foram sinalizadas as infraestruturas que apresentam taxas de ocupação “medianas” (entre 50% e 75%).

Como informação relevante são ainda evidenciadas as infraestruturas que apresentam uma taxa de ocupação de 100%, e que, como tal, não dispõem já de capacidade de acolhimento para novos estabelecimentos empresariais, pelo que carecem de ampliação ou, em alternativa, justificam a criação de novas infraestruturas, em função do nível de procura verificado para essa localização específica.

Importa salientar, para uma correta leitura da tabela constante na Figura E, que as situações reportadas com taxas de ocupação de 100% e de 0% não são cumulativas com as apresentadas ao nível das taxas de ocupação iguais ou superiores a 75% ou iguais ou inferiores a 50%, constituindo-se apenas como um subconjunto destas.

¹ Relativamente às taxas de ocupação das infraestruturas reportadas, não foi possível apurar as taxas de ocupação de 22, num universo total de 167, pelo que não foram consideradas nesta análise

Figura E – Taxas de Ocupação mais relevantes das Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial, por NUT III

TIPOLOGIA DE INFRAESTRUTURAS		Alentejo Central	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo	TOTAL ALENTEJO
TOTAL		44	25	28	31	39	167
Áreas de Acolhimento Empresarial	Infraestruturas existentes:	40	19	20	19	35	133
	Taxa Ocupação > = 75%	24	10	6	7	18	65
	- Das quais com 100%	12	4	2	3	3	24
	Taxa Ocupação < = 50%	7	6	6	8	9	36
	- Das quais com 0%	0	0	1	0	2	3
Incubadoras e Viveiros de Empresas	Infraestruturas existentes:	3	2	7	9	3	24
	Taxa Ocupação > = 75%	1	1	3	1	1	7
	- Das quais com 100%	0	1	3	0	1	5
	Taxa Ocupação < = 50%	2	0	2	2	2	8
	- Das quais com 0%	0	0	1	1	1	3
Parques de Distribuição e Logística	Infraestruturas existentes:	1	2	0	0	0	3
	Taxa Ocupação > = 75%	0	0	0	0	0	0
	- Das quais com 100%	0	0	0	0	0	0
	Taxa Ocupação < = 50%	0	1	0	0	0	1
	- Das quais com 0%	0	0	0	0	0	0
Outras Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial	Infraestruturas existentes:	0	2	1	3	1	7
	Taxa Ocupação > = 75%	0	1	0	1	0	2
	- Das quais com 100%	0	0	0	0	0	0
	Taxa Ocupação < = 50%	0	1	0	0	0	1
	- Das quais com 0%	0	1	0	0	0	1

Fonte: "Inquérito às Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial", CCDR Alentejo, 2015

As NUTS III Alentejo Central e Lezíria do Tejo evidenciam a maior predominância das Áreas de Acolhimento Empresarial, que representam cerca de 91% e 90% respetivamente do total de infraestruturas existentes nestas sub-regiões, verificando-se que a maioria destas infraestruturas apresenta taxas de ocupação >= 75% e que 30% das Áreas de Acolhimento Empresarial existentes no Alentejo Central já se encontram plenamente ocupadas.

Cerca de 22% das Áreas de Acolhimento Empresarial (36) apresentam taxas de ocupação iguais ou inferiores a 50%, sendo esta proporcionalidade mantida de forma equilibrada pelas diversas NUTS III da região, evidenciando o Alentejo Central o menor rácio nesta matéria (16% das suas infraestruturas).

As sub-regiões do Alto Alentejo e Baixo Alentejo apresentam uma boa dotação de Incubadoras e Viveiros de Empresas, verificando-se particularmente no Alto Alentejo bons níveis de ocupação, com cerca de 40% das incubadoras não tecnológicas existentes a registarem uma taxa de ocupação de 100%.

De uma forma geral, as infraestruturas que ainda apresentam taxas de ocupação de 0% são casos pontuais e dispersos pelas diversas sub-regiões e a situação decorre fundamentalmente de serem investimentos recentes que, embora já concluídas fisicamente, carecem ainda dos procedimentos necessários para a efetiva ocupação dos espaços.

Não obstante o significativo volume de investimento registado nas últimas décadas, ele foi fundamentalmente concretizado na criação de condições infraestruturais, pelo que subsiste ainda uma significativa insuficiência na disponibilização de serviços de apoio à gestão das empresas instaladas por parte das entidades gestoras das infraestruturas, que na sua esmagadora maioria são os próprios municípios.

A existência de serviços de apoio às empresas instaladas, como gestão de recursos humanos, serviços de telecomunicações ou call centre, contabilidade e assessoria financeira, tradução, higiene, segurança e saúde no trabalho, marketing & comunicação/ marketing digital/ internet, apenas se encontra disponibilizada em menos de 10% das infraestruturas da região. Também neste domínio o Alentejo Central regista níveis de serviços superiores às demais sub-regiões do Alentejo.

A necessidade de atrair investimento e criar emprego, num quadro nacional e internacional de grande competitividade territorial, tem vindo a ser progressivamente assumida pelos Municípios, para o que têm vindo a ser criados Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico, que asseguram uma importante função de assistência técnica, nomeadamente no que respeita às condições existentes de acolhimento empresarial e aos sistemas de incentivo ao investimento.

3.2. Investimentos realizados no período 2007 / 2013

No período de programação 2007/2013 foram apoiadas 29 infraestruturas no âmbito do Sistema de Apoio às Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística, agrupadas neste contexto essencialmente em duas grandes tipologias de investimento:

- zonas industriais/parques empresariais
- ninhos de empresas/incubadoras

No que se refere a esta tipologia de intervenção, o INALENTEJO tinha como grande objetivo o reforço da Rede Regional de Parques Empresariais e como objetivos específicos:

- a criação de novas infraestruturas;
- a qualificação das Áreas de Acolhimento Empresarial e da sua gestão, nomeadamente, através da existência de serviços partilhados;
- a coerência da rede regional de infraestruturas de acolhimento empresarial como forma de prosseguir a competitividade da rede regional

Como decorre da Figura F, cerca de 70% das infraestruturas apoiadas correspondeu à criação e/ou requalificação de Áreas de Acolhimento Empresarial, tendo ainda sido apoiada a criação de algumas incubadoras não tecnológicas.

Uma referência específica às sub-regiões do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo onde os investimentos em áreas de Acolhimento Empresarial foram também acompanhado de forma mais significativa pela criação de novas incubadoras.

O investimento total realizado foi de 32,5 Milhões de euros, a que correspondeu um financiamento comunitário aprovado de 25 Milhões de euros, e um custo médio por infraestrutura de cerca de 862 mil euros.

Figura F – Financiamento do INALENTEJO (2007/2013) a Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial

LOCALIZAÇÃO		Áreas de Acolhimento Empresarial	Incubadoras e Viveiros de Empresas	TOTAL
Alentejo Central	Subtotal	3	1	4
	Évora	1		1
	Montemor-o-Novo		1	1
	Redondo	1		1
	Vendas Novas	1		1
Alentejo Litoral	Subtotal	1	0	1
	Odemira	1		1
Alto Alentejo	Subtotal	8	4	12
	Campo Maior	2		2
	Fronteira	1		1
	Gavião	1		1
	Marvão	1	1	2
	Nisa	1		1
	Ponte de Sor		2	2
	Portalegre	1		1
	Sousel	1	1	2
Baixo Alentejo	Subtotal	5	3	8
	Almodôvar	1		1
	Barrancos	1		1
	Castro Verde		1	1
	Cuba	1		1
	Ferreira do Alentejo		1	1
	Moura	1		1
	Vidigueira	1	1	2
Lezíria do Tejo	Subtotal	3	1	4
	Cartaxo	1		1
	Chamusca	1		1
	Coruche	1		1
	Santarém		1	1
TOTAL		20	9	29

Fonte: SIGPOA – Sistema de Informação do Programa Operacional Regional do Alentejo

Segundo o Relatório de Avaliação Intercalar do INALENTEJO, uma significativa parcela deste investimento foi dirigida para concelhos da rede de Centros Urbanos Complementares, numa perspetiva de reforço da coesão territorial, a par de alguns investimentos relevantes em concelhos da rede de Centros Urbanos Regionais.

Estes últimos investimentos, quer pelos montantes que mobilizaram, quer pelos objetivos que lhes estavam subjacentes, quer pela localização em que se inserem, contribuíram objetivamente para o reforço e criação de novas dinâmicas económicas mediante:

- i) o reforço e a qualificação das infraestruturas de acolhimento empresarial destinadas ao desenvolvimento do setor da aeronáutica, com a criação do Parque Industrial de Évora e o Centro de Incubação de Ponte de Sôr.
- ii) o reforço e a qualificação das áreas de acolhimento empresarial no Eixo Lisboa -Madrid (através do projetos em Vendas Novas, Montemor-o-Novo e Évora), apresentando este eixo grande potencial de atração e de afirmação empresarial externa da Região

O Relatório de Avaliação Intercalar conclui também que, de um modo geral, os investimentos apoiados se caracterizaram pela expansão e criação física de áreas de localização empresarial de pequena dimensão e assentes em lógicas locais de ordenamento territorial, o que sendo relevante numa perspetiva de coesão e dinamização dos territórios de baixa densidade, deveria também ter mais presente uma abordagem de competitividade territorial. A integração de serviços partilhados e o reforço da perspetiva supramunicipal nestes investimentos deveria pois ter estado mais presente nas intervenções concretizadas neste período de programação.

Esta “recomendação”, que se reconhece como pertinente, foi já acolhida nos documentos de planeamento estratégico regional e será tida em conta no presente mapeamento e nas decisões de financiamento do POR Alentejo 2020.

4. A REDE DE INFRAESTRUTURAS DE APOIO À ATIVIDADE ECONÓMICA NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

As opções estratégicas de desenvolvimento económico, social e territorial do Alentejo no médio prazo, após processos participados de forma muito significativa pelos principais *stakeholders* regionais, encontram-se plasmadas em documentos aprovados pelo Governo, designadamente:

- O Plano de Ação Regional Alentejo 2020
- A Estratégia Regional de Especialização Inteligente
- Os Planos Regionais de Ordenamento do Alentejo e do Oeste e Vale do Tejo

Estes documentos de planeamento estratégico integram os princípios gerais para a elaboração do presente mapeamento, sintetizando-se seguidamente o racional de intervenção preconizado para o desenvolvimento da rede de infraestruturas de apoio à atividade empresarial.

4.1. O Plano de Ação Regional Alentejo 2020

A estratégia de desenvolvimento plasmada no Plano de Ação Regional Alentejo 2020, manifesta a ambição de que o Alentejo se posicione a médio prazo como uma região com *“capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais valia ambiental, atraindo residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social.”*

Para alcançar este desígnio, a região dispõe de diversos ativos permanentes e estruturantes, como é o seu posicionamento geoeconómico, bem como as infraestruturas de conectividade internacional, de logística e de suporte à atividade empresarial, que devem contribuir para gerar novas dinâmicas de internacionalização, de atração de empresas e de desenvolvimento empresarial.

O modelo de desenvolvimento e de especialização regional assume o Território como um elemento central do processo de desenvolvimento, tirando partido da sua posição geoestratégica, da proximidade à Área Metropolitana de Lisboa, ao Algarve e como elemento de ligação a Espanha e à Europa.

A região manifesta disponibilidade e determinação para acolher novas atividades e novos residentes/habitantes, para o que a valorização dos equipamentos e infraestruturas já existentes e a sua articulação em torno de eixos e nós de acessibilidade que vão muito para além da dimensão regional, constitui um valor estratégico central.

O complexo industrial e logístico de Sines, que inclui as componentes portuária, industrial e logística, constitui um ativo estratégico nacional que tem revelado capacidade competitiva no contexto europeu, sendo um vetor estruturante do desenvolvimento da Região. Destaca-se o seu posicionamento geográfico como Porta Atlântica da Europa no cruzamento das principais rotas mundiais de tráfego de contentores, característica potenciada com o

alargamento do Canal do Panamá, as excelentes condições naturais, em termos de fundos e de acessibilidades marítimas, integrando-se por isso no projeto Europeu das “Autoestradas do Mar”. Esta sua competitividade beneficia ainda da grande disponibilidade de áreas de expansão industrial e logística e da ausência de constrangimentos relevantes em termos de pressão urbana.

O Aeroporto de Beja constitui outro ativo regional relevante com múltiplas potencialidades, entre as quais a possibilidade de se desenvolver enquanto espaço privilegiado para a instalação de unidades industriais no âmbito da aeronáutica e do tráfego de mercadorias, atendendo a que se encontra localizado na área de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), podendo assumir um papel fundamental quer na dinamização das atividades agrícolas e agroalimentares, quer como fator de racionalização de espaços e infraestruturas de acolhimento empresarial na região.

A região dispõe igualmente de um sistema urbano (Figura G - Sistema Urbano da Região Alentejo) suportado num conjunto de corredores estruturantes, que detêm níveis de acessibilidade e mobilidade diferenciados, com enquadramentos territoriais e níveis de dotação de infraestruturas muito distintos e que conferem às estruturas urbanas posicionamentos estratégicos e competitivos diversificados, pretendendo-se que estes corredores e nós se constituam como catalisadores de iniciativas empresariais inovadoras e de atração de investimento externo.

Em termos transversais, evidenciam-se os seguintes corredores:

- Corredor Lisboa – Vendas Novas – Montemor-o-Novo - Évora - Estremoz – Elvas - Campo Maior – Badajoz;
- Corredor Lisboa – Santarém / Almeirim - Ponte de Sôr – Alter do Chão - Portalegre - Mérida/Cáceres;
- Corredor Sines – Ferreira do Alentejo - Beja – Serpa – Vila Verde de Ficalho – Espanha.
- Corredor (ferroviário) Sines – Évora – Badajoz.

Em termos longitudinais, realçam-se:

- Corredor Porto - Santarém (A1) – Lisboa (A2) – Setúbal – Grândola / Sines - Algarve;
- Corredor Castelo Branco – Portalegre – Évora – Beja – Algarve

No espaço europeu, destaca-se a ligação da região ao corredor Atlântico, integrado na Rede Transeuropeia de Transportes (TEN-T) como espaço de intermediação de pessoas e bens entre o Atlântico e o espaço económico Europeu, sendo este corredor constituído por um sistema modal de transportes (rodoviário, ferroviários e marítimos).

Destaque ainda para o posicionamento da Região no âmbito da rede europeia de telecomunicações (eTEN) e de energia (TEN Energy), que atravessam o território da região em direção à Área Metropolitana de Lisboa e a Sines.

Ao nível transfronteiriço existe um forte relacionamento com as regiões da Extremadura e da Andaluzia, com especial destaque para a atratividade e polarização exercida pela cidade de Badajoz.

Ao nível ferroviário a Região é atravessada pela ligação Lisboa/Sines-Poceirão-Elvas/Badajoz-Madrid, como eixo de conectividade dos principais portos internacionais portugueses ao território europeu.

Ao nível aeroportuário, para além das potencialidades já evidenciadas relativamente ao aeroporto de Beja, a conectividade da região apresenta ainda como mais valia a excelente ligação ao aeroporto de Lisboa.

Face a este enquadramento territorial e de conectividade privilegiada, e aos investimentos em infraestruturas que se têm vindo a verificar na região nestes domínios, o Plano de Ação Regional Alentejo 2020 identifica como uma das Prioridades de Intervenção a “Qualificação e Internacionalização de Ativos do Território – Acessibilidades, conectividades e Infraestruturas Económicas”, considerando que estas infraestruturas se constituem como instrumentos-chave para a captação de investimento e a dinamização da atividade económica.

Esta prioridade de intervenção deverá ser fundamentalmente direcionada para a rentabilização e dinamização das infraestruturas de apoio às atividades económicas já existentes (nomeadamente, os parques industriais, os parques e as zonas de feiras e de exposições, as áreas industriais, as plataformas logísticas e as incubadoras de empresas não tecnológicas), de forma a gerar efeitos multiplicadores entre si e de conjunto, que permitam a constituição de um efetivo sistema regional de infraestruturas de apoio à atividade

económica, sem prejuízo de terem de ser encontradas respostas para novas dinâmicas de procura que não possam ser satisfeitas no quadro da rede já existente.

4.2. A Estratégia Regional de Especialização Inteligente

O processo de desenvolvimento da região no horizonte temporal de 2020 encontra-se igualmente suportado na Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI), que identifica os principais domínios diferenciadores regionais, tendo em perspetiva a valorização e internacionalização do território e dos seus recursos, privilegiando a relação base económica/excelência ambiental e patrimonial.

O foco da especialização inteligente incide na identificação dos domínios temáticos prioritários para o desenvolvimento da região, visando, no essencial, melhorar a competitividade e a internacionalização da economia regional, suportadas nas suas vantagens competitivas diferenciadoras e nas capacidades e competências do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) Regional.

Neste contexto, foram identificados 5 domínios temáticos para a EREI do Alentejo, designadamente: (i) Alimentação e Floresta; (ii) Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais; (iii) Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo; (iv) Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente; (v) Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social.

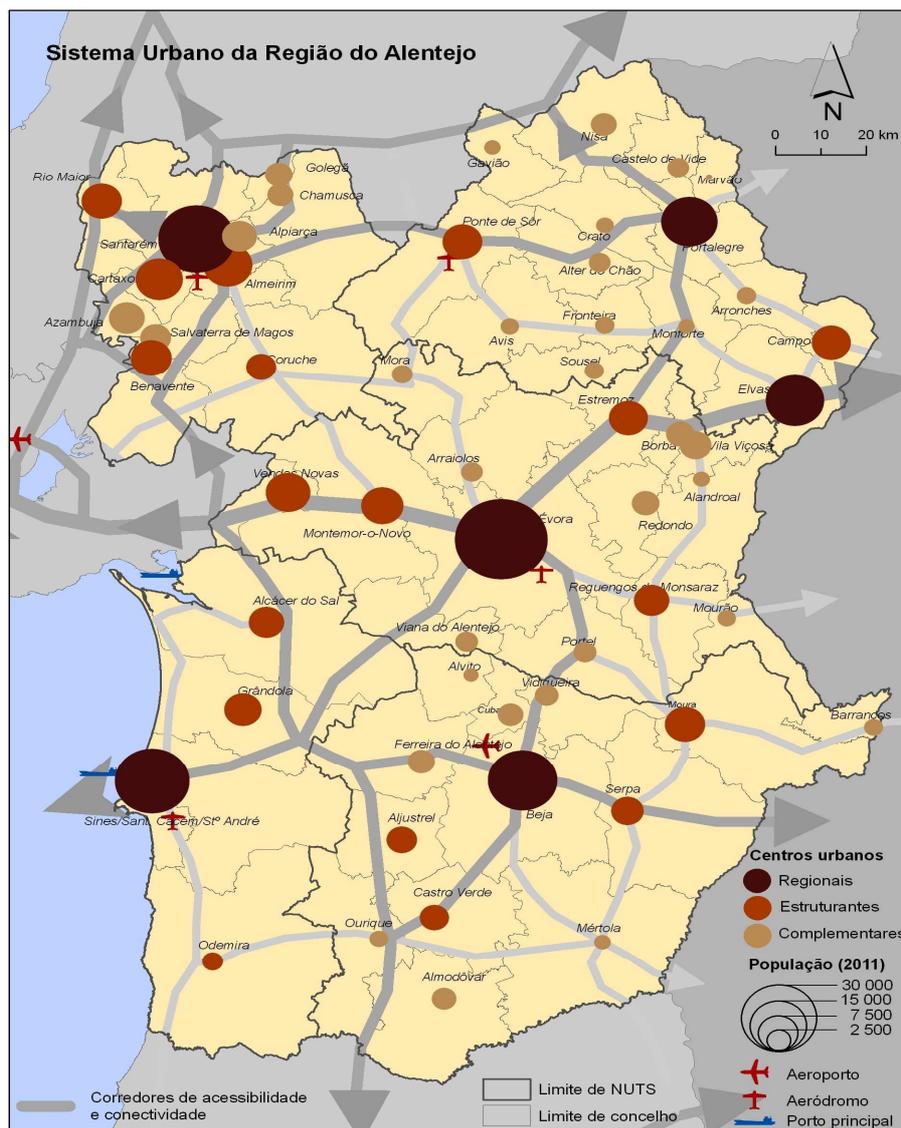
4.3. Os Planos Regionais de Ordenamento do Território

O Modelo Territorial da Região Alentejo, consubstanciado nos Planos Regionais de Ordenamento do Território, aprovados pelas Resoluções de Conselho de Ministros N.º 64-A/2009, de 6 de agosto (PROT Região do Oeste e Vale do Tejo) e N.º 53/2010, de 2 de agosto de 2010 (PROT Alentejo), considera o sistema urbano regional como um dos principais ativos territoriais, em que as atividades económicas, as infraestruturas de acolhimento e apoio empresarial e as diferentes conectividade são um elemento estruturante.

A região é caracterizada por um sistema urbano policêntrico, com subsistemas regionais, que, de acordo com as funcionalidades dos centros urbanos, os agrega em três tipologias: (i) Centros Urbanos Regionais; (ii) Centros Urbanos Estruturantes; (iii) Centros Urbanos Complementares.

Esta organização territorial evidencia a função central das estruturas logísticas e de desenvolvimento empresarial de dimensão regional, no sentido de promover a capacidade de atração empresarial, apostando no desenvolvimento de economias de aglomeração, numa perspetiva de promoção de estratégias de eficiência coletiva e de competitividade urbana e empresarial.

Figura G – Sistema Urbano da Região Alentejo



Fonte: PROT Alentejo e PROT Oeste e Vale do Tejo

Os **Centros Urbanos Regionais (CUR)**, Évora, Portalegre, Beja, Elvas/Campo Maior, Sines/Santiago do Cacém/Santo André e Santarém, caracterizam-se por uma elevada concentração de população residente, uma base económica mais robusta, diversificada e

mais resiliente a conjunturas económicas recessivas, dispondo ainda de um conjunto diversificado de equipamentos e serviços.

Estes centros urbanos afirmam-se como pólos nucleares do desenvolvimento económico da Região, encontrando-se aí ancorados de forma mais significativa objetivos de competitividade nacional e internacional e de coesão económica regional. São assim também determinantes nos processos de liderança e disseminação da inovação, encontrando-se por isso aí instaladas as infraestruturas de apoio à atividade económica com funcionalidades e escala de natureza mais estratégica.

Os **Centro Urbanos Estruturantes (CUE)**, no seu contributo para o policentrismo e a coesão territorial, revelam uma forte articulação com os CUR e asseguram um conjunto de funções razoavelmente diversificado, constituindo-se ainda como nós fundamentais dos subsistemas urbanos, para o que a dinamização da atividade económica e do emprego são componentes essenciais. Esta rede de centros urbanos deve por isso estar dotada de infraestruturas de apoio à atividade empresarial para que possam manter e mesmo reforçar o seu papel na base económica regional e na coesão territorial.

Os **Centros Urbanos Complementares (CUC)** correspondem a sedes de concelho de menor dimensão e constituem-se como elementos fundamentais para a sustentação dos territórios de baixa densidade e para o desenvolvimento das relações urbano-rurais, para o que devem dispor de um conjunto de serviços indispensáveis à coesão territorial, em que a dinamização e sustentabilidade da atividade económica de dimensão local ou centrada em recursos endógenos específicos, com potencial de valorização económica regional, nacional e internacional, carece de infraestruturas de suporte devidamente ordenadas e qualificadas.

5. NECESSIDADES IDENTIFICADAS PELOS MUNICIPIOS DO ALENTEJO

Conforme explicitado no Ponto 2, relativo à abordagem metodológica desenvolvida para elaboração do presente documento, o processo de auscultação direta aos municípios e às comunidades intermunicipais, consubstanciado no “Inquérito às Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial”, teve como um dos seus principais objetivos, para além da caracterização da rede de infraestruturas existentes, a identificação das necessidades de intervenção no curto e médio prazo, mediante a apresentação de propostas que, na

perspetiva destas entidades, poderiam vir a beneficiar de financiamento do Programa Operacional Regional.

Os resultados apurados encontram-se sintetizados na Figura H e referem-se a todas as necessidades apresentadas, por tipologia de infraestruturas e pela sua localização sub-regional, evidenciando-se por um lado, as necessidade de requalificação ou ampliação de infraestruturas existentes, e por outro, as propostas de criação de novas infraestruturas.

As necessidades manifestadas pelos municípios em sede do inquérito, não correspondem assim a qualquer exercício de seletividade no quadro das prioridades regionais em termos de opções estratégicas de desenvolvimento ou de dinâmicas de procura decorrentes de iniciativas empresariais que se pretendam concretizar, constituindo-se, portanto, como o universo global de necessidades, a partir do qual serão selecionadas as intervenções que efetivamente serão apoiadas pelo PO Regional, e que se constituirão como um subconjunto bastante mais restrito, face às propostas que se encontram reportadas na Figura H, que seguidamente se apresenta.

Figura H –Propostas de Intervenção Apresentadas pelos Município, por NUTS III

TIPOLOGIAS DE INFRAESTRUTURAS/ PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO			Alentejo Central	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo	TOTAL
Áreas de Acolhimento Empresarial	Existente	Sem Proposta de Intervenção	4	7	2	3	2	18
		Com Proposta de Intervenção	36	12	18	16	33	115
	A criar		2	1	4	13	7	27
	Subtotal		42	20	24	32	42	160
Incubadoras e Viveiros de Empresas	Existente	Sem Proposta de Intervenção	0	1	4	4	1	10
		Com Proposta de Intervenção	3	1	3	5	2	14
	A criar		12	1	8	8	9	38
	Subtotal		15	3	15	17	12	62
Parques de Distribuição e Logística	Existente	Sem Proposta de Intervenção	0	0	0	0	0	0
		Com Proposta de Intervenção	1	2	0	0	0	3
	A criar		0	0	1	3	0	4
	Subtotal		1	2	1	3	0	7
Outras Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial	Existente	Sem Proposta de Intervenção	0	0	1	0	0	1
		Com Proposta de Intervenção	0	2	0	3	1	6
	A criar		0	0	2	1	0	3
	Subtotal		0	2	3	4	1	10
TOTAL	Existente	Sem Proposta de Intervenção	4	8	7	7	3	29
		Com Proposta de Intervenção	40	17	21	24	36	138
	A criar		14	2	15	25	16	72
	TOTAL		58	27	43	56	55	239

Fonte: “Inquérito às Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial”, CCDR Alentejo, 2015

Neste contexto, tal como já evidenciado no ponto relativo à caracterização da rede regional de infraestruturas, esta rede integra 133 áreas de acolhimento empresarial, 24 incubadoras não tecnológicas e viveiros de empresas, 3 parques de distribuição e logística, e ainda 7 infraestruturas de tipologias diversas que suportam a atividade empresarial na região, tendo sido apresentadas propostas de intervenção em mais de 80% destas infraestruturas, com especial incidência nas áreas de acolhimento empresarial.

Foi ainda proposta a criação de 72 novas infraestruturas, envolvendo todas as tipologias constantes do presente documento, o que a concretizar-se, representaria um acréscimo da rede existente em cerca de 43%.

Este reforço da capacidade de acolhimento proposto tem especial incidência na sub-região do Baixo Alentejo, onde se preconiza um aumento da rede existente em mais de 80%, com investimentos em todas as tipologias de infraestruturas, facto que decorre em grande medida de uma maior dinâmica empresarial nesta sub-região, associada ao empreendimento de fins múltiplos de Alqueva.

Igualmente relevante é a intenção de reforço da rede de infraestruturas na sub-região do Alto Alentejo, com um acréscimo global de cerca de 54%, salientando-se a pretensão de expansão da rede de incubadoras não tecnológicas e de viveiros de empresas, bem como a criação da Plataforma Logística Transfronteiriça de Elvas/Badajoz.

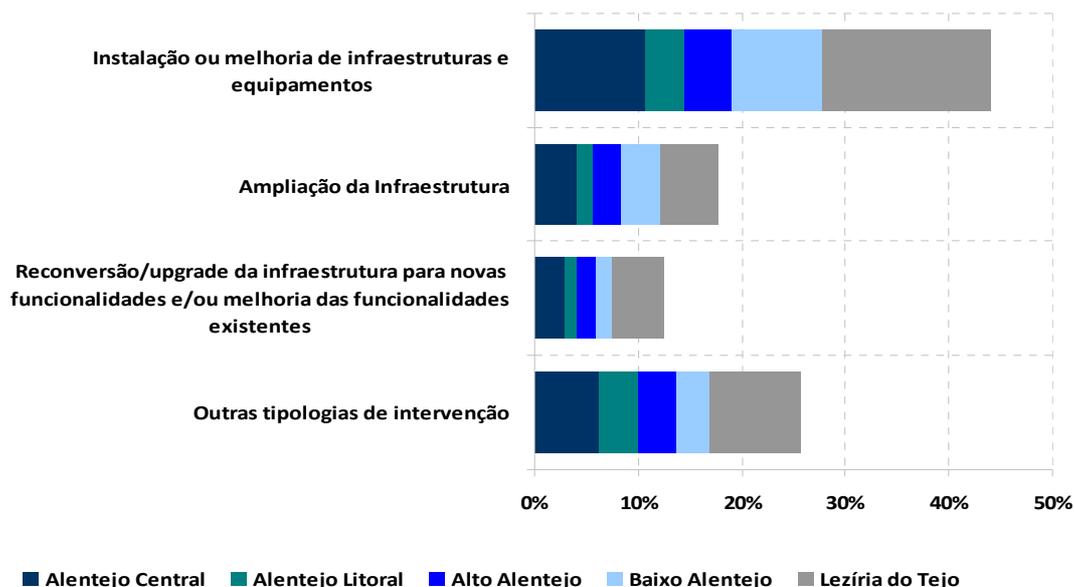
As necessidades agora manifestadas representam no entanto uma mudança de paradigma, já que o seu principal enfoque é agora no reforço da rede de incubadoras não tecnológicas e viveiros de empresas, o que decorre de uma maior assertividade dos municípios do Alentejo na promoção do empreendedorismo e na fixação de empresas, presente em todas as sub-regiões necessariamente com diferentes pressupostos em função dos aspetos diferenciadores de cada território.

A análise das necessidades manifestadas permite tipificar as seguintes situações:

- i) melhoria das condições já existentes na infraestrutura quanto a equipamentos, redes e/ou serviços disponibilizados;
- ii) ampliação da capacidade de acolhimento para novas empresas;

iii) upgrade da infraestrutura existente, associado à criação de uma entidade gestora autónoma e/ou à disponibilização de serviços partilhados de natureza administrativa ou técnica especializado às empresas instaladas.

Figura I -Tipologias de Intervenção Propostas, por NUT III

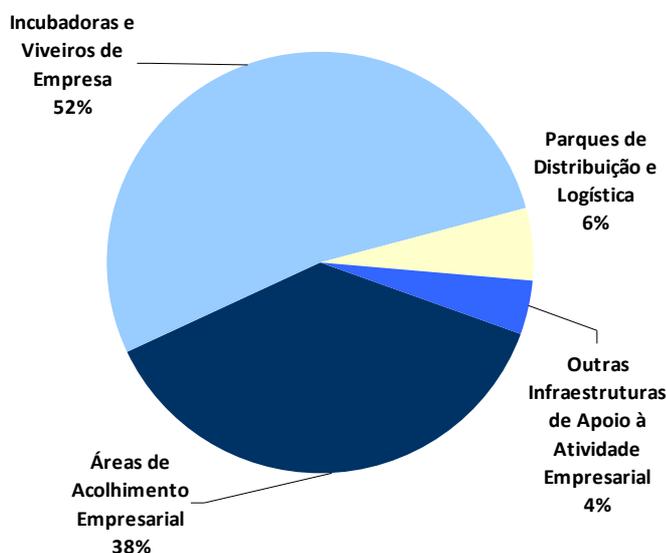


Fonte: “Inquérito às Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial”, CCDR Alentejo, 2015

Verifica-se um conjunto significativo de propostas de ampliação das infraestruturas localizadas principalmente nas NUTS III do Alentejo Central e da Lezíria do Tejo, fundamentadas pelas taxas de ocupação existentes e por dinâmicas de procura, sendo referenciadas por alguns municípios a existência de “listas de espera” por parte de novas empresas que se pretendem instalar.

A necessidade de intervenção com maior expressão reporta-se à instalação ou melhoria de infraestruturas, nomeadamente quanto a redes de telecomunicações de banda larga ou de alto débito.

Figura J- Novas Infraestruturas Propostas



Fonte: "Inquérito às Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial", CCDR Alentejo, 2015

Destaque para a pretensão de construir 38 novas incubadoras não tecnológicas e viveiros de empresas, o que representa cerca de 52% das propostas apresentadas, o que decorre fundamentalmente das intenções de investimento manifestadas pelas Comunidades Intermunicipais do Alentejo Central e da Lezíria do Tejo (12 e 9 propostas, respetivamente).

Esta tipologia de espaços, mais vocacionados para o fomento do empreendedorismo, vem a assumir progressivamente maior relevância nas estratégias de desenvolvimento municipal, prosseguindo a tendência para dotar cada concelho da região com pelo menos um espaço desta natureza, com a criação de Incubadoras não tecnológicas em contextos mais urbanos, e, como tal, implementadas maioritariamente em centros urbanos regionais ou estruturantes, e os Viveiros de empresas nos centros urbanos complementares.

Assinala-se igualmente a necessidade de criação de novas Áreas de Acolhimento Empresarial, com cerca de 38% das intenções manifestadas, tendo esta realidade maior expressão na NUTS III Baixo Alentejo (13 propostas).

De referir ainda as propostas de criação de 4 novos Parques de Distribuição e Logística, um dos quais no Alto Alentejo, no âmbito da Plataforma Logística de Elvas/Caia/Badajoz e 3 no Baixo Alentejo, associados à proximidade com um dos principais eixos viários nacionais, a Autoestrada A2, no eixo Lisboa/Algarve.

As propostas de criação de novas infraestruturas na região são, como já vimos, diferenciadas ao nível sub-regional, assinalando-se a opção da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo na ampliação significativa e na melhoria da sua rede de espaços de suporte à atividade empresarial com diversas funcionalidades e complementaridades, enquanto que o Alentejo Litoral apenas manifesta a necessidade de 2 novas infraestruturas, sendo uma área de acolhimento empresarial e uma infraestrutura de incubação/viveiro de empresas.

Em síntese, as propostas apresentadas representam um desenvolvimento muito significativo da rede regional de infraestruturas de apoio à atividade empresarial, não sendo no entanto ainda plenamente conhecido, face à informação disponibilizada, o acréscimo de oferta que tal representaria em termos de lotes ou espaços similares destinados ao acolhimento de empresas.

6. PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A abrangência e diversidade das necessidades de investimento identificadas para a região carecem, para efeitos de financiamento pelo POR Alentejo 2020, da definição de prioridades que garantam que os investimentos a apoiar serão os que melhor se enquadram nas orientações estratégicas para o desenvolvimento do Alentejo no horizonte 2020, bem como de critérios de seleção que assegurem o cumprimento da condicionante existente quanto ao financiamento destas infraestruturas.

Acresce que a manifesta divergência entre as vastas necessidades de investimento que foram reportadas no inquérito realizado e a reduzida dotação financeira disponível para o seu financiamento, constitui-se, à partida, como uma condicionante fortemente limitativa das infraestruturas a financiar pelo Alentejo 2020, pelo que é essencial a aplicação de critérios de selecção efectivos, claros e finos. A este propósito, refira-se que as dotações disponíveis para financiamento destas tipologias de intervenções é o seguinte:

- Áreas de Acolhimento Empresarial, Parques de Distribuição e Logística e Incubadoras não Tecnológicas (Eixo Prioritário 1): 7 M€
- Viveiros de empresas (Eixo Prioritário 5): 6 M€

Tendo presente o enquadramento estratégico constante nos pontos 4.1, 4.2 e 4.3, o desenvolvimento empresarial na região deve ser suportado numa rede **de espaços de acolhimento e desenvolvimento empresarial**, de acordo com as seguintes tipologias de infraestruturas:

- i) **Áreas de Acolhimento Empresarial**, predominantemente de iniciativa e gestão municipal ou supramunicipal, preferencialmente localizadas nas sedes de concelho, deverão integrar de forma complementar e sinérgica a rede sub-regional (NUT III) e regional.

Caracterizam-se como áreas planeadas de acordo com critérios de ordenamento territorial e de qualidade ambiental, dotadas de infraestruturas (redes de acessibilidades, de eletricidade, de telecomunicações, de energia, de ambiente), e de equipamentos e serviços de apoio ao desenvolvimento empresarial.

- ii) **Parques de Distribuição e Logística**

Estas infraestruturas são espaços dedicados à localização de operadores logísticos e constituem-se como plataformas que valorizam e desenvolvem as condições privilegiadas de conectividade ibérica e internacional. Estes espaços são dedicados à localização de atividades de armazenamento e de distribuição de mercadorias, requerendo, fundamentalmente, áreas de implantação de grande dimensão e necessitando, de um modo geral, de menores níveis de infraestruturização e de dotação de equipamentos e serviços de apoio.

Têm como áreas preferenciais de localização os territórios atravessados pelos principais eixos rodoviários nacionais e ibéricos, sob influência dos grandes centros ou sistemas urbanos na envolvente da Região (Área Metropolitana de Lisboa, Arco Metropolitano do Algarve e cidade de Badajoz), evidenciando-se neste enquadramento o posicionamento do Porto de Sines e do Aeroporto de Beja, bem como da prevista Plataforma Logística de Elvas/Caia.

- iii) **Espaços de Incubação**, que incluem Incubadoras não tecnológicas, localizadas predominantemente nos CUR mas também nos CUE mais relevantes, suportadas por uma entidade gestora que promove programas de apoio ao empreendedorismo e disponibilizam níveis elevados de apoio à gestão das empresas instaladas e recém

criadas (start-ups), para além do próprio espaço físico para a sua instalação e Viveiros de empresas de pequena escala, vocacionados para apoiar o empreendedorismo de base local, localizadas, por isso, fundamentalmente nos CUC e em algumas sedes de freguesias economicamente mais dinâmicas.

Estes três tipos de infraestruturas devem integrar uma rede de áreas de apoio à atividade económica que contribua para a inserção da economia regional nas dinâmicas territoriais nacionais e internacionais da competitividade e internacionalização, com expectável capacidade para a captação de investimentos e a criação de emprego.

O desenvolvimento desta rede de infraestruturas deve por isso valorizar:

- a sua inserção em eixos estruturantes das acessibilidades regionais, nacionais e internacionais e em outras conectividades infraestruturais, de que o acesso à banda larga é um exemplo
- a sua localização em pólos de desenvolvimento regional estruturantes, como sejam o perímetro de rega de Alqueva, o pólo agroindustrial de Santarém, o cluster aeronáutico de Évora e Ponte de Sôr, o Porto de Sines e a sua Plataforma Logística, o aeroporto de Beja, o triângulo constituído pelos concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, associado à exploração de recursos minerais,...
- as suas complementaridades e sinergias ao nível territorial
- uma melhor articulação com o Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT), no quadro da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI)

Neste quadro estratégico as **prioridades de intervenção** devem focar-se em:

- i) **Qualificar as Áreas de Acolhimento Empresarial**, visando a sua infraestruturização e multifuncionalidade, nomeadamente no acesso a fontes de energia, serviços TIC CLOUD, redes de Comunicação de Alto Débito para empresas, redes empresariais e apoio de regulação institucional, no quadro dos instrumentos de gestão territorial existentes (Planos Regionais de Ordenamento do Território e Planos Diretores Municipais). Incluem-se ainda neste âmbito os investimentos que visem capacitar estas

infraestruturas para prestar serviços partilhados, nomeadamente nas áreas de gestão de recursos humanos, telecomunicações, contabilidade e finanças,...

- ii) **Vocacionar Áreas de Acolhimento Empresarial e Espaços de Incubação** para a fixação de empresas com atividades nos domínios temáticos da Estratégia Regional de Especialização: “Alimentação e Floresta”; “Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais”; “Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo”; “Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente”; e “Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social”.
- iii) **Criar novas Áreas de Acolhimento Empresarial e Espaços de Incubação**, face à inexistência de espaços disponíveis no contexto territorial relevante e mediante demonstração objetiva pelo promotor de dinâmicas de procura efetivas, que tenham por base uma localização específica ou efeitos de aglomeração de atividades económicas.

Estas novas Áreas de Acolhimento Empresarial deverão disponibilizar às empresas redes de infraestruturas essenciais ao desenvolvimento da sua atividade (acessibilidades, eletricidade, TIC, energia, ambiente/resíduos,...), bem como equipamentos e serviços de apoio técnico e administrativo ao desenvolvimento empresarial e obedecer ainda aos princípios de ordenamento territorial e de qualidade ambiental legalmente definidos.

No que se refere aos espaços de incubação (incubadoras não tecnológicas e viveiros de empresas), estas deverão ser suportadas por uma entidade gestora e disponibilizar às empresas instaladas um leque abrangente de serviços partilhados, nomeadamente nas áreas de apoio técnico e administrativo (serviços associados à gestão de recursos humanos, TIC, contabilidade e finanças, marketing, apoio à comercialização e exportação, entre outros).

Para efeito de financiamento, as candidaturas ao POR serão apreciadas pela Autoridade de Gestão, em conformidade com critérios de seleção a elaborar especificamente para o efeito e a aprovar pela Comissão de Acompanhamento, nos termos previstos pelo Decreto-lei n.º

137/2014, de 12 de Setembro, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento dos (FEEL).

Estes critérios de seleção e os posteriores Avisos de Concurso, acolherão as prioridades de intervenção já referenciadas neste documento, bem como as recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica do POR no âmbito da promoção do desenvolvimento sustentável e da ecoeficiência, salientando-se como principais fatores críticos a ter em consideração:

- Inclusão de critérios de elegibilidade ambientais e de princípios orientadores para a seleção de operações que incentivem a construção sustentável (p.e. reaproveitamento in loco dos materiais ou subprodutos) e a ecoeficiência, visando a sustentabilidade ambiental e a preservação dos valores naturais do território, privilegiando o uso de energias renováveis, a eficiência energética e o uso eficiente dos recursos bem como a utilização das melhores tecnologias disponíveis
- Inclusão de critérios de elegibilidade que promovam a proximidade do tecido económico local, em especial, as micro, pequenas e médias empresas, às instituições de ensino superior e centros de investigação
- Valorização de projetos que demonstrem preocupações relacionadas com a prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, nomeadamente quando associados a regeneração física e/ou requalificação de infraestruturas, privilegiando os projetos que considerem medidas ao nível da prevenção de riscos e/ou da adaptação às alterações climáticas, nomeadamente por via da apresentação de planos de análise de vulnerabilidade aos riscos naturais potenciados nomeadamente pelos fenómenos resultantes das alterações climáticas
- Valorização de projetos de requalificação de edifícios, infraestruturas ou equipamentos existentes, em detrimento de novas construções, sempre que tal opção seja aplicável

Na seleção das operações será ainda assegurado que em caso de expansão ou de criação de novas infraestruturas, a entidade promotora demonstre a existência de dinâmicas de procura efetivas, devendo tais candidaturas ser instruídas com documentos que evidenciem:

- (i) o interesse manifestado pelas próprias empresas em se instalar na infraestrutura
- (ii) as relações contratuais a estabelecer entre a entidade gestora da infraestrutura e as empresas a instalar
- (iii) a taxa de ocupação da infraestrutura, nos casos de operações de expansão

No âmbito do processo de seleção será ainda assegurado que situações de concorrência entre infraestruturas não possam ser apoiadas pelo POR, pelo que a área territorial de influência das infraestruturas a financiar e as taxas de ocupação de outras infraestruturas relevantes naquele contexto territorial, serão objeto de análise no momento da decisão.²

7. CONCLUSÕES

Face ao exercício de planeamento desenvolvido neste documento, e tendo em consideração os investimentos já efetuados na rede de infraestruturas regionais de apoio à atividade empresarial ao longo dos últimos anos, a intervenção do ALENTEJO 2020 contribuirá para a consolidação e expansão da rede, com vista à melhoria da competitividade regional e à criação de emprego, fundamentalmente nos setores estratégicos regionais, nomeadamente nos domínios diferenciadores previstos na Estratégia Regional de Especialização³.

O funcionamento das infraestruturas deverá ser assegurado, em regra, por uma entidade gestora e estará sujeito a um regulamento de utilização, no âmbito do qual serão definidas as modalidades de acolhimento, os serviços disponibilizados pela infraestrutura, o processo de admissão de empreendedores/empresas e os deveres e contrapartidas (incluindo pecuniárias) a prestar pelos utilizadores da infraestrutura.

² Neste âmbito, importa salientar que face ao modelo territorial e administrativo do país, que atribui competências próprias e autonomia de decisão aos municípios sobre esta matéria, e que estas entidades possuem legitimidade democrática para as suas decisões, a aplicação de critérios de seletividade associados a “concorrência” intermunicipal de infraestruturas, não pode ser analisada em termos meramente territoriais, mas somente a nível intramunicipal.

Por outro lado, a coexistência de infraestruturas com vocações diferentes num mesmo município não deverá, para efeitos de priorização dos investimentos a apoiar, ser considerada como uma questão de concorrência.

³ “Alimentação e Floresta”; “Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais”; “Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo”; “Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente”; e “Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social”.

As operações a financiar serão, fundamentalmente:

Áreas de Acolhimento Empresarial, Parques de Distribuição e Logística e Incubadoras não Tecnológicas

Com enquadramento no **Eixo Prioritário 1** (Competitividade e Internacionalização das PME), do POR, associado ao Objetivo Específico 3.3.1. *“Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços”*, as iniciativas a apoiar abrangerão:

- Expansão ou requalificação de infraestruturas existentes, com prioridade para as que apresentam taxas de ocupação superiores a 75% e que demonstrem em sede de candidatura ao POR, que há dinâmicas de procura que o justificam
- Criação de novas infraestruturas, sujeitas a avaliação em função de dinâmicas de procura a demonstrar, valorizando preferencialmente aquelas que apresentem elevados contributos para a competitividade e para a coesão territorial e que evidenciem um papel relevante na sustentação da base económica regional.

Tendo como referência a situação verificada no POR 2007/2013 - INALENTEJO, estima-se que as iniciativas a apoiar no âmbito das Áreas de Acolhimento Empresarial e dos Parques de Distribuição e Logística, tenham um investimento médio de 1,3 milhões de euros e uma capacidade média de acolhimento de 40 lotes, podendo o número de empresas a acolher variar, em função de eventuais necessidades de agregar mais do que um lote por empresa.

Quanto às Incubadoras não tecnológicas, estima-se um investimento médio de 1,1 M€ e uma capacidade média de acolhimento entre 10 e 20 empresas.

Estes valores médios terão necessariamente expressões diferenciadas uma vez que os centros urbanos onde se virão a localizar também têm características diferentes, sendo que nos Centros Urbanos Regionais e Estruturantes as necessidades de infraestruturais são mais exigentes e sofisticadas e requerem uma maior capacidade de acolhimento e os Centros Urbanos Complementares apresentam um menor nível de exigência e de capacidade de acolhimento.

Viveiros de empresas

Com enquadramento no **Eixo Prioritário 5** (Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos) do POR, no âmbito da Prioridade de Investimento 8.8. *“Concessão de Apoio ao*

desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas”, através do Objetivo Específico 8.8.1. “Incentivar a criação de emprego por conta própria e de empresas por desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas”, estas infraestruturas, fundamentalmente de iniciativa municipal, visam o estímulo ao empreendedorismo e à criação de emprego local.

Figura K – Investimentos em Viveiros de Empresas contratualizados com as CIM no âmbito dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial para o período 2014/2020

NUTS III	Novas Infraestruturas	Requalificação de Infraestruturas Existentes
Alentejo Central	9	0
Alentejo Litoral	1	0
Alto Alentejo	0	0
Baixo Alentejo	7	2
Lezíria do Tejo	2	1
Total	19	3

Fonte: SIGPOA – Sistema de Informação do Programa Operacional Regional do Alentejo

Tendo como referência a situação verificada no POR 2007/2013 - INALENTEJO, bem como a contratualização já efetuada para o POR 2014/2020 com as Comunidades Intermunicipais por via do Investimento Territorial Integrado, no contexto da implementação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, estima-se que as iniciativas a apoiar no âmbito dos viveiros de empresas tenham um investimento médio de 185.000€ e uma capacidade média de acolhimento entre 5 e 10 empresas.

Como nota final, pode concluir-se que se encontram estabelecidos no presente documento as linhas orientadoras e os critérios de seleção que deverão garantir o cumprimento dos princípios de seletividade, coerência, racionalidade e complementaridade dos investimentos a financiar pelo Alentejo 2020 na rede regional de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento da atividade empresarial, ficando assim assegurado o cumprimento das condicionantes previstas nas PI 3.3 e 8.8 do Programa Operacional Regional do Alentejo.